

SALVADOR, BA, 8 DE MAIO DE 1998

*Senhor Governador César Borges; Senhor Presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães; Senhores empresários do turismo; Senhores Ministros; Senhoras e Senhores,*

Em primeiro lugar, quero expressar a minha satisfação de estar aqui, na Bahia e neste evento, que reúne importantes líderes da área do turismo, não só do Brasil como do mundo. Acho que é um fato relevante e a minha presença aqui se deve ao apreço que o Governo tem pela indústria do turismo. Fiz questão de vir aqui para demonstrar diretamente aos senhores e às senhoras o entusiasmo e o interesse do Governo do Brasil pelo turismo.

Também foi de bom alvitre escolher a Bahia para este encontro, porque, realmente, os senhores, que são pessoas afeitas à área do turismo, sabem valorizar, de imediato, o que significa dispor deste mar extraordinário, desta civilização baiana – se posso usar a expressão –, de convivência amena, agradável, de uma boa culinária e de uma infraestrutura que já está à altura daqueles que vêm buscar alguns momentos, seja de repouso, seja de tranqüilidade para o trabalho.

Temos, no Governo do Brasil, mostrado empenho, como disse, no turismo. E isso não é sem razão. Há muitas razões para isso. Em primeiro lugar porque, do ponto de vista econômico, é uma atividade cada vez mais importante. Basta dizer que até 1999 temos, previstos, investimentos da área privada que alcançam 5 bilhões de dólares ou de reais. O que mostra, já, uma certa magnitude do investimento.

Em segundo lugar porque o turismo requer ocupação, mão-de-obra. O turismo precisa de pessoas qualificadas e pessoas que possam se empregar com rapidez. E não só diretamente na hotelaria, mas no conjunto de atividades geradas por isso – restaurantes, hospitais, segurança e outros aspectos do lazer e da vida. E um dos grandes desafios do mundo contemporâneo é o do emprego.

Mais ainda, não é apenas emprego a questão. É empregabilidade, ou seja, haver pessoas com condições de serem empregadas. Portanto, requer um esforço grande no treinamento, na profissionalização, na melhoria de qualidade da mão-de-obra, o que significa aumento de renda para os brasileiros. Há, portanto, razões de sobra para justificar a importância que o governo atribui às atividades de turismo.

E, por essa mesma razão, temos alguns programas – não vou, aqui, cansá-los com a descrição dos programas, pois outras pessoas, com competência maior do que a minha, para essa matéria, já devem ter feito as exposições, a começar pelo próprio Ministro do Planejamento, professor Paulo Paiva – mas basta referir que o Prodetur, que é um programa de incentivo ao turismo, que tem apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, deu uma contribuição já grande, de 400 milhões de dólares e 400 milhões vindos do Governo. E o Governo Federal tem feito um esforço para suprir as necessidades dos governos estaduais, quando estes não podem fazer a contrapartida desses recursos. E mais: já estamos com uma nova etapa desse programa – é o Prodetur número 2 – que, de igual modo, vai alcançar a soma de 800 milhões de dólares.

Isso mostra que realmente estamos, aqui, tratando de avançar. Temos uma agência que os senhores conhecem, que é a Embratur – Agência Brasileira de Turismo. Esta agência, também, que praticamente não

tinha recursos orçamentários, hoje dispõe de cerca de 20 milhões de dólares. É quase nada, segundo o Presidente, mas, para quem é Presidente da República e sabe da escassez de recursos, significa um esforço considerável.

E temos aumentado esses nossos esforços, também, na direção de fazer com que o Brasil seja mais conhecido lá fora. O Embaixador Sérgio Amaral, que é o Secretário de Comunicação Social, juntamente com o Dr. Caio Pompeu Toledo, presidente da Embratur, têm tido um desenvolvimento grande nessa direção e temos feito até mesmo um esforço de propaganda no exterior.

Mas queria lhes dizer – e, provavelmente, direi o que os senhores já sabem – que apesar de que, obviamente, nos interessa que venham turistas – e dobramos o número de turistas nesses anos de governo em que estou à frente do país – passamos de 1 milhão e meio para cerca de 3 milhões de turistas, que vêm para o Brasil – não é nada, ainda. Só na Ilha de Maiorca, quantos são? São 7 milhões e meio, acabei de saber. Doze? “Por Dios”! Mais ainda. Doze milhões só aqui, mas, de qualquer forma, dobramos.

Agora, o fundamental é ter a consciência do que significa o potencial do mercado brasileiro. Porque aqui temos, pelo menos, 50 milhões de pessoas que hoje já possuem um nível de renda equivalente ao de um país europeu e que têm condições de viajar, e que vão viajar cada vez mais. Não só por lazer, mas também por negócios, também por cultura e por muitas razões que as levam a um deslocamento no espaço.

Então, realmente, temos que prestar muita atenção a isso. E temos que pensar o Brasil no contexto do Mercosul, no qual estamos integrados. É possível haver pacotes de turismo que impliquem uma relação do conjunto do Mercosul. Poderíamos até dizer que da Floresta Amazônica podemos chegar até à Patagônia, às terras geladas do sul da Argentina ou até à Antártida mesmo, o que não deixa de ter um fascínio muito grande para quem, vindo de longe, poderá encontrar aqui uma diversidade de situações muito grande.

Gostaria, ainda, antes de falar propriamente sobre a mensagem que quero lhes trazer, de acrescentar que, para que essa ação de turismo

tenha realmente um efeito maior e maior capacidade de atrair, o Governo tem se preocupado também com os aspectos histórico-culturais. O que leva um país a ter mais capacidade de atrair em termos de turismo não é apenas o fato de ter praias. É o fato de ele ter uma história e de essa história estar transformada, esteticamente, em monumentos, de essa história ter deixado traços de toda uma civilização.

E, sobretudo agora, em que vamos nos aproximando dos 500 anos do descobrimento do Brasil, em que queremos dar uma grande ênfase a esses 500 anos, temos que valorizar o que foi feito aqui histórico-culturalmente. Aqui, na Bahia – e, por acaso, o Senador Antonio Carlos Magalhães, que está aqui presente, quando era o governador, deu o passo inicial; depois, os que o sucederam continuaram na mesma direção. Aqui está o ex-Governador Paulo Souto, que foi quem o sucedeu, o Governador César Borges, enfim, o conjunto dos governos da Bahia. Estamos vendo o que foi feito aqui, no Pelourinho, no centro da cidade de Salvador. E aqui mesmo, não muito longe daqui, há as Torres de Garcia D'Ávila, outro monumento que precisa ser recuperado.

Enfim, temos que aproveitar também para mostrar que não se trata só das praias, mas que aqui existe algo específico, que é uma civilização que se constituiu graças a uma mistura muito especial, que começou com os portugueses, que encontrou indígenas, que trouxe africanos, que, depois, trouxe imigrantes de todo o mundo – de todo o mundo, realmente –, dos japoneses aos alemães, aos poloneses, aos italianos, aos espanhóis, em que conseguimos fazer uma sociedade onde há uma convivência com tolerância – com tolerância. Não estou negando que haja dificuldades, até no relacionamento, muitas vezes. Mas é uma sociedade que desenvolveu uma característica de tolerância frente à diversidade. E queremos, nesses 500 anos, demonstrar tudo isso e mostrar como é possível, neste mundo que se globaliza: não há contradição entre a globalização, por um lado, e as especificidades culturais, históricas e as marcas próprias dos nossos povos, pelo outro lado.

Então, por todas essas razões, acho que o evento aqui realizado é um evento que tem importância, tem significado.

Mas a mensagem que queria lhes transmitir é a mensagem de um país que começa a ter mais confiança em si mesmo, começa a sentir orgulho, não pretensiosamente, não agressivamente contra ninguém, mas uma auto-estima, mais que um orgulho. E isso é importante para que as sociedades possam avançar. E essa auto-estima no Brasil deriva não só do que acabei de dizer – do fato de constituirmos uma civilização que tem a matriz européia – mas está nos trópicos e está sempre com pitadas africanas e indígenas, mas também porque fomos capazes de realizar uma civilização material, tecnológica, criar universidades, organizar um Estado, ter capacidade de decidir.

E, hoje, temos rumo. Esse rumo, o mais perceptível dele deriva do fato de termos estabilidade na nossa economia. Os que são estrangeiros sabem que o fato de a moeda ter um valor estável é alguma coisa que permite o planejamento, investimento, etc. Os que são daqui, sobretudo os mais pobres, têm a mesma percepção, de um outro ângulo. Sabem que o salário não vai ser corroído pela inflação e que, portanto, seu trabalho vale mais, devolve a dignidade ao cidadão, ao ser humano. Não se trata só de uma manobra monetária, que já não é fácil, mas é mais do que isso. Tem um significado simbólico a estabilidade da moeda. Um significado de previsibilidade, de rumo, de possibilidade, portanto, de definir um futuro.

Creio que isso é fundamental que se entenda: que é um *accept*, uma vantagem que o Brasil tem e que não se vai perder. O Governo está empenhado – e o demonstrou recentemente, na crise asiática – na manutenção do valor da moeda. Fez os esforços necessários, custosos. Custosos para o Governo e para o povo, mas muito menos custoso do que seria se tivéssemos deixado de defender a nossa moeda. Aí, sim, estaríamos numa situação muito grave. Conseguimos defendê-la. E, hoje, temos reservas. No fim de abril, tínhamos reservas mais altas do que as que tínhamos em outubro. Em outubro tínhamos cerca de 60 bilhões de dólares e chegamos a 52 bilhões, no auge da crise, e hoje temos 75 bilhões de dólares nas reservas.

Ou seja, mostramos a nossa capacidade de recuperação, e os níveis de taxas de juros voltaram aos níveis, praticamente, os mesmos de ou-

tubro. Em questão de mais tempo ou menos tempo, estaremos com níveis abaixo dos níveis de outubro. Pelo menos é o desejo do Presidente da República. Por isso mesmo, por termos rumo, começamos também a delinear uma série de programas, muitos na área social, de educação, que creio que é algo fundamental para um país. E, no caso do Brasil, isso significa um esforço muito grande, de colocar as crianças nas escolas, dar educação primária, acabar com o analfabetismo.

Só para lhes dar um exemplo vivo: fui recentemente – há uma semana ou duas – ao Ceará, que é um Estado do Nordeste, para visitar uma área de seca, e entrei numa escola. Na escola, perguntei como é que estava a matrícula, lá, e vejam: 96% das crianças em idade escolar estão na escola. Nosso objetivo é chegar a 100%, mas nenhum país chegou. Os que mais chegaram ficaram em 98%, 99%. Já estamos com 96% das crianças em idade escolar, nas escolas. Isso significa que são 34 milhões de crianças que estão em escolas.

Bem, não vou entrar mais em detalhes sobre educação, os problemas são inúmeros, os programas também. Mas a outra área que nos preocupa, a da saúde, da mesma maneira posso lhes dizer que estamos fazendo programas muito concentrados, muito focalizados nas áreas mais pobres, e os resultados são palpáveis.

A redução da taxa de mortalidade infantil, que é o índice mais evidente, mais imediato, do bem-estar da população mais pobre, cai drasticamente, nas áreas que têm sido focalizadas pelo Programa Comunidade Solidária, que é um programa que leva, por exemplo, a dobrar o número de refeições que o Governo dá, gratuitamente, aos estudantes.

Devo lhes dizer que esses 34 milhões de estudantes, todos os dias, recebem comida. É um programa conjunto do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais. Todos os dias recebem um prato de comida. E, nas zonas mais pobres, duas refeições por dia.

Também há vários outros programas, mas o dado sensível é a diminuição da taxa de mortalidade infantil que, nas áreas mais pobres, era elevada demais e que, num período de 2, 3 anos, caiu de 40 a 50%. Diminuiu drasticamente a taxa de mortalidade.

Bom, isso tudo também nos animou a tomar decisões que se incorporam à fisionomia física do país. E é o que quero lhes dizer e mostrar, para que vejam como as atividades dos senhores são essenciais e se complementam por outras atividades. E vão ser as atividades dos senhores induzidas a maior êxito, na medida em que tivermos êxito nessas outras atividades.

Aqui está um mapa, onde os senhores podem ver alguns esforços que o Governo tem feito. Isso que está aqui, em vermelho, são estradas. Isso aqui é a duplicação de uma estrada, que vai de Belo Horizonte a Porto Alegre, e vai na direção do Mercosul. Essa é a obra viária de maior porte, que está sendo feita, talvez, no nosso hemisfério americano, neste momento. Porque isso aqui são 2, 3 mil quilômetros de estradas.

Bom, isso aqui se complementa – aqui no mapa não está – aqui está uma estrada que se chama BR-290, é uma outra estrada que vai ligar Uruguaiana, que faz fronteira com a Argentina, e vamos fazer uma outra, mais tarde, para o Uruguai, para Jaguarão, integrando fisicamente o Mercosul.

Esta estrada que estão vendo aqui, isto que temos aqui – e, imaginem, isso aqui são milhares de quilômetros – tudo isso é estrada pavimentada – estava em péssimas condições. E estamos repondo a BR-364 e a BR-163 – esta aqui é a 163 – estamos repondo essas estradas em condições de tráfego. Isso tem importância, obviamente, econômica, mas também tem uma importância turística, a possibilidade de as pessoas se moverem de um lado a outro.

Também, resolvemos retomar programas que estavam esquecidos, pela inflação, pela desordem administrativa, pela impossibilidade de o Brasil tomar decisões. Que programas são esses? Revitalizar a rede de ferrovias. Privatizamos todas as ferrovias. As ferrovias do Brasil eram consideradas impossíveis de serem privatizadas, porque elas eram exemplo vivo da incapacidade gerencial do Estado. Estavam com déficit, ninguém andava de trem, o custo do transporte muito caro.

Pois bem, todas as ferrovias brasileiras – menos uma – foram já privatizadas, passaram a ser operadas pelo setor privado e com programas de investimento muito sólidos. Elas não estão todas aqui. Aqui,

estamos apenas querendo mostrar este pedacinho, que é a chamada Ferronorte, que vai se encontrar com uma outra estrada de ferro, que vem para cá, que é uma estrada que vai ligar o porto de Santos e a Fepasa. E isso vai ser também privatizado, brevemente. E essa estrada aqui atravessa um rio e tem uma ponte, que é uma ponte muito bonita, de grande alcance, que vai permitir que a produção agrícola dessa região, de grãos de soja, etc., possa chegar ao porto de Santos e, depois, ao porto de Sepetiba.

Aqui também estamos fazendo o que – aqui não está no mapa – era um sonho antigo do Norte, que é a continuidade de um trecho de uma ferrovia que anda por aqui, para ligá-la com este rio aqui. E assim vai. Há muita obra nessa direção.

Fizemos, ainda na parte de pavimentação: está lá em cima, a BR-174. Ela corta a selva, liga Manaus à Venezuela. Isso permite que a produção de Manaus, que tem uma zona de livre comércio, de livre investimento também, que tem muita produção, possa sair pelo Caribe.

Pois bem, além disso, de retomar as ferrovias, de privatizá-las, também tomamos a decisão de valorizar o que nunca havia sido valorizado suficientemente no Brasil, que são as hidrovias. O Brasil tem três sistemas de rios importantes paralelos e um transversal, que têm uma possibilidade de valorização econômica extraordinária. Vamos começar por esse que é transversal. É isto aqui. Isto aqui é o rio chamado Tietê. É um rio que tem a rara capacidade de, ao invés de despencar para o mar, para o lado de cá, vai para o interior. Ele corre para o interior e lá se encontra com outro rio que se chama Paraná. Isso desemboca por aqui, sai em Montevideu e Buenos Aires. Isso já está feito. Com um pedaço que tem a represa de Itaipu, que dificulta o transbordo. Então, haverá uma intermodalidade, porque precisa de uma eclusa muito cara – mas faremos – para que isso seja completo. E isto é a zona mais rica do Brasil. Pega São Paulo, pega Minas. E, realmente, é uma zona muito rica. Isso já está funcionando. E barateou o transporte de carga de uma maneira muito forte.

Bom, o outro é esse sistema que está aqui, em azul. É o rio Madeira, que sai de Porto Velho, que é aqui, encontra-se com o rio Amazonas, lá

em cima. Fizemos, aqui em Porto Velho, um porto graneleiro e outro lá, no rio Amazonas, um outro porto graneleiro também. Aqui não é de grande porte. São navios pequenos, são barcaças que vão até lá. Mas, aqui, perto de Manaus, há uma cidade onde há um porto graneleiro. E, aí, entram navios já transoceânicos. Isso cortou o custo do transporte de soja apreciavelmente. Vai afetar o mercado mundial, porque isso aqui é uma grande área de produção de soja. E isso saía por aqui, por caminhões, por estrada de rodagem. Já sai, hoje, pela hidrovía.

Aqui há um outro sistema, Araguaia-Tocantins, que corta o centro do Brasil. E também dei ordem para que se fizesse a passagem, uma eclusa chamada Tucuruí, que vai permitir que isso aqui se ligue também com a rede de rios que levam até Belém. De toda maneira, já existe essa possibilidade dupla aqui. E há uma possibilidade de entrar também, aqui, por cima, pelo Maranhão, e sair por Itaqui, ganhando o oceano.

Então, temos um sistema hidroviário aqui, outro aqui e outro aqui, mais próximo da costa, que é o rio São Francisco, que sai de Minas e vem aqui, para a Bahia. Aqui há uma hidrelétrica. E vai se entroncar com aquela estrada de ferro que mencionei, que vai para Recife.

Então, estamos ganhando uma enorme mobilidade para mercadorias, pessoas e turismo. Em várias dessas zonas aqui tenho problemas, porque atravessam terra indígena, atravessam selva. Temos que respeitar o meio ambiente. Às vezes, leva-se muito tempo, mas é necessário, para que seja um projeto ecologicamente aceitável. E, às vezes, há objeções para o derranco, para tirar pedras dos rios, porque as pedras são úteis para a procriação de peixes. Então, temos que aprender a ver como é que se pode manter a procriação se aquelas pedras saírem. Nada disso é feito de uma maneira mecânica. Tudo isso requer compreensão do desenvolvimento auto-sustentável. E é o que estamos fazendo, mesmo que leve mais tempo fazendo alguma coisa que não agrida a natureza.

Enfim, há um grande projeto, como vocês estão vendo, de um grande esforço de integração, do ponto de vista físico, do Brasil, internamente, e ganhando sempre racionalização e, portanto, baixando custos. Estamos, ao mesmo tempo, refazendo todo o sistema de portos do

Brasil. Terminamos o porto de Suape, em Pernambuco; o porto de Pecém, em Fortaleza; temos um porto excelente no Maranhão, Itaqui. Sem falar do porto de Recife, do porto de Salvador, porto de Vitória, que é um porto importante.

Fizemos um porto importantíssimo aqui, em Sepetiba, que vai ser um *hub*, vai ser um porto para grandes navios e, depois, haverá o transbordo para navios menores, que vão fazer a navegação da costa. Esse é o principal porto do Brasil, o porto de Santos. E aqui não está, mas há o porto do Rio Grande, que também é um porto muito importante. E estamos interconectando, sejam as estradas de ferro ou de rodagem, sejam os rios, com esses portos.

Mais ainda, nessa mesma veia de refazer o Brasil, de criar uma grande integração, estamos, também, mudando as bases da nossa matriz energética. A nossa matriz energética era baseada na hidroeletricidade e no petróleo. Hidroeletricidade porque temos uma vantagem comparativa. É barata – barata a energia, mas não o custo do investimento – mas ela é limpa e tínhamos rios e quedas d’água. Só que ela se esgota também. E a voracidade de energia no Brasil é imensa. Aqui se precisa muita energia.

Bem, acrescentamos – o Ministro de Minas e Energia está aqui presente, ele é da Bahia também, parece que a Bahia está em todo lado, o Ministro Raimundo Brito pode me corrigir se estiver errado – mas acrescentamos ao nosso potencial de geração de energia hidroelétrica mais 40% – é isso?

Sobre tudo que foi feito no Brasil? Bom, então, em três anos pusemos mais 65% de tudo que, historicamente, foi feito no Brasil, em matéria de energia. Até o ano 2000, 2002, estará completado. É um esforço muito grande, de retomada de obras, concessão de serviço público – mudamos a legislação do Brasil, para que isso pudesse ser feito – e isso vai, de uma maneira avançada. Ainda assim, a energia hidroelétrica não vai ser suficiente. Então, a introdução do gás na matriz energética brasileira é muito importante.

Para isso, estamos construindo – não vejo por aqui – mas estamos construindo um gasoduto, que vem da Bolívia – aqui embaixo, aqui – e

vai até o Rio Grande do Sul. São uns 3, 4 mil quilômetros – quantos quilômetros? – 3.200 quilômetros de gasoduto. Isso está em marcha. Até o fim do ano será feito até São Paulo.

Isso permite – não vou entrar em detalhes – reforçar todo o nosso sistema de produção petroquímica, além do mais, além de mover as nossas empresas, as nossas indústrias, com energia mais barata, que é o gás. E limpa, também, substituindo o diesel.

Não desorganizamos a produção de álcool. Mas o programa do álcool é um programa mais caro, em comparação com outros programas. Caro quanto ao uso do álcool, como fonte de energia. De toda maneira, isso aí mostra claramente esse esforço.

Aquilo lá em cima, em cor-de-rosa, também, é que temos bastante gás aqui, e esse gás, que estava dentro da floresta, e não era usado. Agora vai estar sendo feita a ligação para Porto Velho, porque essa região toda tinha carência energética. E também para Manaus, lá em cima. Em um processo tecnologicamente complexo e difícil, mas já estamos fazendo. E aqui há muito gás.

E, além do gás da Bolívia, estamos discutindo o gás, também, com o Peru e, sobretudo cá embaixo, na Argentina, aqui em Uruguiana. Já fizemos um acordo com os argentinos. E já estamos, também, com a Argentina, comprando mais 1.000 KVAs de gás, recentemente, com a promessa de mais 1.000. Isso está dobrando a produção, só desse Estado, aqui, com o gás que vem da Argentina.

Por que é que estou mencionando isso? E não mencionei a eletricidade que também, aqui, estamos trazendo, lá da Venezuela. Estou mencionando isso para reafirmar o que disse há pouco, ou seja, que a integração com o Mercosul é um fato histórico irreversível. Porque estamos integrando o Brasil, fisicamente, à geografia da América do Sul.

E não é só o Mercosul *stricto sensu*, a Venezuela também. Bolívia, Argentina, Uruguai, Paraguai – temos uma hidrelétrica com o Paraguai. São fatos irreversíveis. O nosso espaço econômico não é mais o espaço só do nosso território. E isso é recíproco, também o espaço dos outros se amplia, aqui não há nenhuma visão de “só o Brasil”. Não, não. Sabemos que temos um grande mercado, e que estamos abrindo o

nosso mercado para os nossos vizinhos, com o que damos uma força grande à produção dos nossos vizinhos.

Mas queremos isso, porque achamos que a prosperidade de uns não pode ser feita em detrimento da prosperidade de outros. Tem que ser feita uma recíproca, de tal maneira que haja uma sinergia.

O fato é que todo o nosso pensamento estratégico mudou. Se antes o Brasil tinha uma visão fechada sobre si mesmo, autárquica, ele imaginava um modelo de desenvolvimento e queria ser auto-suficiente em tudo. Por isso não tinha gás, achávamos que não tínhamos gás e não demos tanta atenção ao gás quanto ao petróleo, porque tínhamos algum petróleo.

Hoje, não. Hoje é um modelo estrategicamente aberto, em cooperação – como fizeram na Europa – com os nossos vizinhos. Assim como na Bacia do Ruhr, na Europa, com o minério do carvão, estamos fazendo aqui, no nosso espaço da América do Sul, numa visão que é integradora desse processo todo. E estamos acrescentando grandemente à base sobre a qual se construiu, no passado, o nosso desenvolvimento.

Estamos preparando o Brasil para um grande salto. Era essa a mensagem que queria deixar. Isto aqui não só tem rumo, não só tem estabilidade econômica, mas tem um projeto de desenvolvimento, que não é mais o antigo projeto de um Brasil fechado sobre si mesmo, economia fechada, de um Brasil não competitivo, senão um projeto de um Brasil aberto, competitivo e que tem seus interesses inseridos no seu espaço geográfico da América do Sul, com irmandade e não com superioridade por parte de quem quer que seja.

E isso tudo vai significar um crescimento contínuo. A taxa pode variar. Em um ano 3, em outro ano 4, em outro ano 2,5, em outro ano 5. Depende de muitos fatores. Mas o caminho está traçado. O espaço geoeconômico está aberto. Existe determinação do Governo. Existe rumo. Existem condições materiais. Existe vontade de fazer. E já plantamos. Aqui, estou dando um exemplo do que já plantamos. Isso tudo tem três anos. Naturalmente, se acelerou em três anos. Plantamos no solo brasileiro. Isso não é reversível. Isso vai avançar. Isso vai avançar e creio que, num período de 10, 15, 20 anos – não sei –, com o conjunto de

esforços que estamos fazendo, com o que eu mencionei em educação e saúde – tem outro campo que não quero mencionar, mas que poderia também, na parte de agricultura, na parte de acesso a terra, enfim, em muitas outras áreas, de reforma do Estado, reforma da Previdência – estamos preparando o Brasil para um novo futuro, no qual a sua população se insira melhor, tenha melhor condição de vida, possa viver com mais decência, tenha mais prosperidade.

Temos visão nacional. Não se trata, simplesmente, de um projeto ou um programa aqui, outro programa ali, sem que haja uma visão de conjunto, uma visão do país e de um país democrático, de um país próspero, de um país aberto e que precisa de investimento. Os senhores serão parte disso. Quanto mais investirem, não só terão mais proveito, como nos ajudarão também a mais depressa chegarmos aos nossos objetivos, o principal dos quais, já disse, é a melhoria de vida da população, a qualificação da população (educação, treinamento, salário, emprego). Isso precisa de um esforço conjunto. E, como a nossa matriz de desenvolvimento é uma matriz aberta, precisamos também do capital estrangeiro.

Isso não quer dizer que não tenhamos os nossos capitais em *joint ventures* ou separadamente. Isto aqui é um país muito grande. Tem um produto bruto de 830 bilhões de dólares. No ano 2000, teremos um 1 trilhão de dólares. Somos a oitava economia do mundo. Temos uma renda *per capita* de 5 mil dólares. Existem, portanto, todas as condições para que esse projeto de Brasil seja uma realidade efetiva, em curto período de tempo.

Por fim, para não cansá-los, gostaria de dizer, como disse há pouco, numa conversa, que, por tudo isso, os brasileiros não aceitam mais a idéia da pobreza. Junto com esse esforço, com esse redesenho do Brasil, existe a convicção moral de que não podemos aceitar mais os níveis de pobreza que ainda temos. E, por isso, temos que trabalhar ainda com mais afinco, para crescer mais depressa e, ao crescer, distribuir mais a renda, para que a população possa, com toda a tranqüilidade, ser parte desse grande envolvimento de auto-estima e dizer: “Bom, realmente acreditamos neste país. Acreditamos tanto que queremos muitos es-

trangeiros nele; queremos, cada vez mais, estar juntos, trabalhando pelo Brasil, pelo Mercosul e trabalhando, se posso dizer, de uma maneira um pouco pomposa, por uma humanidade na qual a convivência pacífica seja o rumo de todos nós.

Muito obrigado.